

**JNT-FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL - ISSN: 2526-4281 QUALIS B1**



**A RENDA RENASCENÇA NO SEMIÁRIDO
PARAIBANO: CULTURA, MODA E
DESENVOLVIMENTO**

**THE RENAISSANCE LACE ACTIVITY IN
PARAIBA STATE SEMIARID: CULTURE,
FASHION AND DEVELOPMENT**

Fabiana de Miranda SILVA
Universidade Estadual da Paraíba UEP
E-mail: fabipbcg@gmail.com

Lemuel Dourado Guerra SOBRINHO
Universidade Federal de Campina Grande UFCG
E-mail: lenskguerra@yahoo.com



RESUMO

Apresentamos neste artigo uma análise das transformações nas dinâmicas socioculturais da atividade da renda renascença no cariri paraibano, a partir da implementação de políticas públicas. Na pesquisa que deu origem a este texto tivemos como perspectiva teórica a contribuição de Canclini (2008) sobre processos de hibridação sociocultural e utilizamos uma metodologia que se baseou no estudo da história da produção de renda renascença no cariri paraibano; e na realização de entrevistas com uma amostra intencional estratificada pela posição dos atores no sistema de produção e comercialização da renda renascença, constituída através da acessibilidade e disposição de participar da pesquisa – rendeiras, atores de ONGs e estilistas. Dentre as principais conclusões destacamos as seguintes: (1) as rendeiras do cariri paraibano vivenciam uma pressão crescente das demandas do mercado sobre as dinâmicas de sua atividade produtiva; (2) a inserção de diversos atores no campo produtivo da renda renascença tem provocado alterações nas atividades das rendeiras, diferenciando-a das produções de outras regiões do Brasil; e (3) o selo de Identificação Geográfica da renda renascença do Cariri paraibano teve muito menos poder alavancador da melhoria da qualidade de vida das rendeiras do que o esperado.

69

Palavras-chave: Renda renascença. Cariri paraibano. Hibridização. Cultura e desenvolvimento.

ABSTRACT

In this article, we present an analysis of the transformations in the socio-cultural dynamics of the Renaissance income activity in the Cariri of Paraíba, based on the implementing of public policies. In the research in which this text is based we had as a theoretical perspective the contribution of Canclini (2008) on processes of socio-cultural hybridization and we used a methodology that was based on the study of the history of the production of renaissance income in the cariri of Paraíba; and conducting interviews with an intentional sample stratified by the position of the actors in the system of production and marketing of Renaissance income, constituted through accessibility and willingness to participate in the research - lace makers, NGO actors and stylists. Among the main conclusions we highlight the following: (1) the lacemakers of Paraíba's cariri experience an increasing pressure from market demands on the dynamics of their productive activity; (2) the insertion of several actors in the productive field of the Renaissance income has caused changes in the activities of the lace makers, making them different in relation to the productions of other

regions of Brazil; and (3) the Geographic Identification seal of Cariri paraiba's renaissance income had much less leverage to improve the lacemakers' quality of life than expected.

Keywords: Renaissance lace. Cariri Region of Paraíba State. Hybridization. Culture and Development.

INTRODUÇÃO

A renda renascença do Cariri Paraibano não precisa necessariamente afirmar-se oriunda da renda europeia, tendo em vista que sua produção se faz singular e diferente de outros estados ou países, justamente por apresentarem características culturais de sua própria região, o que já a legitima como um produto marcado pelo seu lugar de produção. Ela chama a atenção pela singularidade da sua diversidade, pela importância histórica e cultural de que se reveste, ao ser um bem cultural no qual são incorporadas memória e história sociais, tomando suas artesãs para si a tarefa da preservação de um saber fazer representativo de costumes de um povo, de uma cultura regional.

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2000, observou-se uma crescente procura e ‘valorização’ da renda renascença por estilistas do cenário nacional da moda brasileira, aliada a uma crescente visibilidade e abertura do mercado nacional e internacional para o referido produto, bem como sua inserção na indústria de vestuário, evidenciando uma transformação que demanda a atenção da academia, de modo a desvelar os processos de mudanças em termos de simbolização e expressão cultural da atividade produtiva das rendeiras.

De acordo com Anieris Silva (2006), precisamos de histórias das transformações socioculturais que analisem os dilemas tradicionais, mas que também coloquem em perspectiva traços novos relativos a reconfigurações específicas da produção e circulação de bens da cultura material e simbólica das comunidades.

É importante estudar as dinâmicas socioculturais que permeiam a renda renascença produzida no Cariri Paraibano ao longo do tempo, abordando como um produto artesanal tradicional é afetado pelas dinâmicas de inserção de novos atores no campo produtivo, da lógica do capital e do mercado globalizados. Neste artigo pretendemos destacar as mudanças nas práticas que reconfiguram a produção e circulação do produto acima citado, bem como as apropriações culturais delas decorrentes (CHARTIER, 2006).

Iniciativas recentes de apoio e valorização do trabalho da renda renascença promovidas por instituições governamentais, entidades privadas, universidades e sociedade civil organizada têm tido repercussões no trabalho das rendeiras locais. Dentre essas iniciativas podemos citar as seguintes: (1) no âmbito do Plano de Desenvolvimento do

Governo da Paraíba, com o apoio do SEBRAE -PB e do ‘Pacto Novo Cariri’, o Projeto ‘Rendas do Cariri’ (realizado pelo ‘Coletivo Para’iwa’, com apoio da UFPB e do SEBRAE -PB); (2) o Programa de Artesanato Paraibano; (3) o Programa Empreender-PB; e (4) o reconhecimento da produção de renascença com o Selo de Indicação Geográfica junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (MORAES, 2013).

No contexto da produção/comercialização de renda renascença na Paraíba, é importante também destacar a entrada em cena de alguns estilistas de moda, a exemplo de Renato Imbroisi, Ronaldo Fraga, Martha Medeiros, Fernanda Yamamoto e Romero Sousa, que têm articulado políticas públicas e a iniciativa privada, colocando em curso ações que fizeram a renda renascença apresentar-se ao mercado nacional e internacional, tendo como suporte principal demandas da moda, em um mercado globalizado.

Atualmente onze municípios são reconhecidos como os maiores produtores de Renascença no Brasil. São eles: Poção, Pesqueira e Jataúba, em Pernambuco; São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Camalaú, Monteiro, Prata, Congo e Sumé, na Paraíba (FUNDO, 2017, p. 71).

Este artigo se inscreve no conjunto de esforços de pensar a produção de renda renascença na Paraíba, adotando uma perspectiva histórica que pretende dar conta das reconfigurações estruturais no campo da interface entre as rendeiras e instâncias estatais, paraestatais e o mercado – na figura das demandas de estilistas que passam a usar a renda renascença como material para suas coleções. Também refletimos, com base no conceito de hibridização cultural, formulado por Canclini (2008) sobre as transformações referidas aos sentidos que as produtoras de renda renascença vão agregando a sua atividade produtiva ao longo do tempo e especificamente da atribuição do selo de Identidade Geográfica e de outros marcos das reconfigurações do seu campo produtivo, na interface com temas do debate sobre desenvolvimento.

Iniciamos com uma seção em que apresentamos as linhas principais da literatura produzida sobre o tema, para em seguida delinear os momentos que marcam a história do campo produzido aqui focalizado e concluir com uma seção sobre as dinâmicas de transformação dos sentidos da atividade de produção da renda renascença a partir de entrevistas com atores que nela se destacam.

OS FIOS TECIDOS POR AUTORES QUE NOS PRECEDERAM NA FOCALIZAÇÃO DA NOSSA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA E A PERSPECTIVA TEÓRICA

A literatura sobre a renda, e especificamente a renda renascença no Brasil ainda é reduzida. Optamos por destacar as publicações referentes à renda renascença apenas.

Maia (1980) faz uma abordagem da renda no Brasil, apresentando suas diversas tipologias, e descrevendo as características regionais, dos processos de feitiço e da matéria prima utilizada pelos tipos diversos de renda, de acordo com o status das rendeiras, os preços das peças produzidas e o ambiente de trabalho. Para a autora, a denominação renascença, vem do estilo do século XVII, com destaque aos arcos, meandros e florões, que caracterizam a renda renascença.

A autora supracitada trata da questão da comercialização, destacando algumas fragilidades que chama de dependências, a exemplo: (1) da atuação dos intermediários, que ganha muito a partir do que as rendeiras estipulam para a comercialização dos seus produtos; (2) as imitações de rendas, possíveis pelo processo de industrialização que se insere no campo produtivo; e (3) a ausência de apoio e financiamento estatal à produção de renda renascença. Seu trabalho foi de grande relevância para o conhecimento acerca das especificidades de diferentes tipos de renda presentes no Brasil, ao enfatizar questões como a matéria prima empregada, o feitiço, as técnicas, os equipamentos e acessórios, os polos produtores e os custos dos processos produtivos.

Osório (1983) aborda os aspectos econômicos da atividade artesanal da renda renascença no agreste pernambucano, com um precioso diagnóstico elaborado dentro do “Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Agreste” (PDRI), vinculado ao programa Polo nordeste¹.

Oliveira (1994) focaliza a influência da renda renascença na economia de Pesqueira/PE e cidades circunvizinhas daquele estado. Para esse autor, a renda renascença tem como ponto de partida o agreste de Pernambuco, em meados de 1935, tendo sua história relacionada a uma moça que trabalhava no convento Santa Tereza, localizado em Olinda, Pernambuco.

A partir de uma abordagem sociológica, Albuquerque (2002) analisa as falas das rendeiras de Renascença de Camalaú – PB, sobre os aspectos materiais e simbólicos da prática artesanal e as relações sociais nas quais a produção de renda renascença se insere, destacando as relações comerciais interpretadas pela autora como marcadas pela exploração. Explora também a questão de gênero no fazer da renda renascença e destaca que apesar da existência de uma classificação entre o que seriam os trabalhos masculinos e os femininos, os gêneros acabam por se encontrar no que se refere à batalha pela sobrevivência no campo produtivo.

Albuquerque (*idem*) destaca a importância do artesanato em relação à produção da renda renascença, em termos das especificidades relativas a cada produtor(a) e suas

¹ Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (POLONORDESTE), com a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das Atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários. Art. 1º, Decreto Nº 74.794, de 30/10/1974.

potencialidades em termos de dizibilidades diversas sobre a questão social, cultural, política e econômica de um povo. Assim como também ao fato de muitos estudos sobre o artesanato acabem pondo em tela alguns conceitos estáticos sobre cultura popular como sendo uma cultura autêntica, cuja preservação deva ser buscada, ao privilegiar o produto do trabalho dando pouca atenção às relações sociais envolvidas.

Utilizando uma perspectiva histórica, Nóbrega (2005) se propôs a reconstituir um “pequeno” recorte do universo que compõe a memória de ofício das rendeiras do Cariri Paraibano, partindo de um levantamento da história acerca da origem da renda em geral, e especificamente da renda de renascença, até sua introdução na região do Cariri Paraibano. O autor percebe o aspecto econômico como um fator determinante do crescimento da renda renascença na Paraíba. Reconhece a Itália como grande responsável pela invenção desse tipo de artesanato têxtil, sendo, contudo a França decisiva para a implantação da renda renascença no Brasil e, especialmente, na Paraíba.

Albuquerque e Menezes (2007) analisam a atividade artesanal como uma fonte de renda, destacando a ausência de políticas públicas para a agricultura familiar; a concentração fundiária; e o agravamento das condições de produção dos agricultores em períodos de escassez de chuvas enquanto fatores que contribuíram para o crescimento dessa atividade na região.

Fechine (2004) pesquisou, para sua dissertação, a cultura e a memória das rendeiras da renda renascença do município de Monteiro-PB e o processo educativo em torno do ensino desta atividade artesanal, construída ao longo do tempo através da transmissão matrilinear da prática e seu caráter de aprendizado coletivo e da instrumentalização da atividade para a construção da memória da cultura local/regional, além de gerar renda e melhoria de vida para as mulheres rendeiras.

Em sua tese, Fechine (2010) desenvolveu um estudo da renda renascença como escritura construída na *performance* das rendeiras de Monteiro (Paraíba–Brasil). Com base nos conceitos de desterritorialização (DELEUZE & GUATTARI, 1995), nomadismo (MAFFESOLI, 2001), voz e *performance* (ZUMTHOR, 1993), a autora mostra que a renda se desterritorializa, através de fenômenos como o êxodo rural, as migrações e imigrações, bem como pelas formas de comercialização mais recentes.

Ferreira (2010a e 2010b) focaliza suas vivências e experiências com as mulheres rendeiras, no período em que era monitor do Projeto Renda Renascença do Cariri Paraibano. No primeiro estudo o autor analisa a política local que institui o projeto mencionado e denuncia que o mesmo se constituiu em um modelo de desenvolvimento econômico que tornou o arranjo produtivo da renda renascença um território econômico vulnerável. Essa vulnerabilidade se deveria ao exercício de um controle sutil da produção

de renda renascença pelas instituições parceiras, o qual teria levado as rendeiras a um processo de alienação de sua produção e à precarização do seu trabalho.

Esse trabalho de Ferreira se destaca principalmente por focalizar a questão do Arranjo Produtivo Local da Renda Renascença, que segundo o mesmo, “[...] se formou a partir da integração dos atores institucionais, os quais direcionaram um plano de ação com o intuito de organizar as mulheres rendeiras que se utilizam de suas habilidades manuais para complementar a renda familiar” (FERREIRA, 2010a, p.30).

No segundo trabalho de Ferreira (2010b) o autor discute o trabalho das rendeiras a partir da abordagem da economia solidária, analisando o assistencialismo das políticas públicas envolvidas nos projetos em torno da renascença, o que funciona como impeditivo para que as associações das rendeiras tenham um caráter genuinamente solidário.

Estudando as rendeiras de renascença vinculadas à Associação dos Artesãos de Monteiro/PB (ASSOAM), Sant’Anna e Almeida (2013) apresentam as práticas orais e letradas desenvolvidas por essas artesãs. As autoras descrevem a realidade socioeducacional e econômica destas artesãs, bem como diagnosticam a importância do desenvolvimento das práticas orais e de letramento por elas realizadas, quanto à confecção das peças, tendo em vista constatarem que as práticas orais são o principal meio de propagação e perpetuação desta arte, uma vez que grande parte das artesãs é analfabeta.

Silva (2013), em *Rendas que se tecem, vidas que se cruzam: Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953)*, trata do processo de introdução do ofício de fazer renda no local citado, privilegiando o estudo das relações humanas no “saber fazer” das rendeiras do município, analisando suas motivações e estratégias adotadas no processo produtivo e de comercialização. No decorrer do trabalho destaca a ligação entre a renda renascença da Paraíba e de Pernambuco, a partir de sua geografia e história, tendo em vista a já comprovada ligação entre as rendeiras desses dois estados.

Petitgand (2017) discutiu as potencialidades e os limites da parceria entre artesãs populares e estilistas profissionais, mostrando como rendeiras, oriundas do nordeste brasileiro, vivendo em contextos urbanos do sudeste brasileiro, incentivadas a transformarem suas práticas para se adequarem às exigências do mercado, passaram por momentos de alegria e de desespero, entrando numa relação ambivalente com o mercado da moda.

Moraes (2018) analisa, a partir de um trabalho etnográfico, as novas dinâmicas sociais e produtivas da atividade da renda renascença no Cariri paraibano, engendradas a partir da tensão e do diálogo entre, de um lado, a intervenção de agentes públicos e privados na atividade e, de outro, a percepção, incorporação e reelaboração dos recentes

dispositivos pelas artesãs rendeiras, numa interação dialógica que resultou na transformação do consumo da renda renascença – por consumidores comuns ou estilistas que a incluíram como matéria prima de suas coleções – em elemento de distinção, no sentido dado a esse termo por Bourdieu (2004), sem que a situação das produtoras tenha sido substancialmente modificada, em termos de qualidade de vida.

OS FIOS DA RENDA RENASCENÇA E O DESENVOLVIMENTO

Para pensar os processos produtivos da renda renascença no cariri paraibano em sua relação com o desenvolvimento, concordamos com Marques (1997, p. 94), quando ele afirma que:

Para uma melhor compreensão das políticas estatais no caso brasileiro devem ser estudadas principalmente as articulações entre os referenciais e mediadores setoriais encontrados em cada análise, os atores estatais relevantes e os capitalistas presentes no setor e na sociedade. Em muitas oportunidades se chegará à conclusão de que existe uma complexa articulação entre eles.

Para compreender as transformações pelas quais a produção de renda renascença na Paraíba tem passado, é importante pensar sua interface com o Estado e suas políticas públicas que incidem sobre aquela atividade.

Para Dagnino (2004, p. 106), “[...] em contextos nos quais o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania”. O marco da produção da renda renascença na Paraíba aponta para cenários nos quais o Estado se faz mais presente e para outros nos quais ele se ausenta e o mercado molda a atividade mencionada.

Outra ferramenta conceitual para entender as mudanças observadas no campo produtivo da renda renascença na Paraíba é a noção de hibridação, proposta por Canclini (2008) como o processo sociocultural em que estruturas ou práticas, que existiam em formas separadas se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Esse hibridismo, desencadeador de combinatórias e sínteses imprevistas, marcou o século XX nas mais diferentes áreas, possibilitando desdobramentos, produtividade e poder criativo distinto das mesclas interculturais já existentes na América latina.

No caso da atividade produtiva em geral, constroem-se espaços agonísticos entre identidades e culturas; entre as forças da tradição e as da modernidade; e entre o local e o global (CANCLINI, 2008, p. XVIII). Considerando que a globalização coloca em presença mútua os interesses dos atores do local e os dos atores regionais, nacionais e internacionais. No caso das rendeiras do Cariri Paraibano, é possível perceber sua atividade enquanto

lugar de resistência, de beleza, de poesia, ao mesmo tempo em que ela se delineia enquanto estratégia de sobrevivência de suas produtoras e de suas famílias.

A atividade de produzir renda renascença implica em uma luta constante pela manutenção da tradição de um povo, de sua cultura e, ao mesmo tempo como um movimento de responder às demandas do mercado, o que pode traduzir-se em adaptações identificatórias e culturais adaptativas.

Canclini (*idem*) indaga como a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas. Ele afirma que a hibridação surge da criatividade individual e coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico. Busca-se *reconverter* um patrimônio (uma fábrica, uma capacitação profissional, um conjunto de saberes e técnicas) para reinseri-lo em novas condições de produção e mercado (2008, p.XXII). É com essa chave analítica que pretendemos interpretar as dinâmicas de transformação da atividade produtiva de renda renascença na Paraíba.

O TECIDO DA HISTÓRIA DA RENDA RENASCENÇA NO CARIRI PARAIBANO

A história da produção de renda renascença no cariri paraibano pode ser configurada em três marcos destacados, os quais passamos a apresentar brevemente.

O momento do seu isolamento, que compreendemos tratar-se do período em que a renda do Cariri Paraibano tem uma menor visibilidade nacional e internacional, tendo sua comercialização em seus locais de produção ou nas feiras livres, nesse caso nas feiras existentes em Pernambuco.

A renda renascença é produzida na Paraíba desde meados do século XX, por mulheres, em sua maioria, já que foi definida enquanto uma atividade predominantemente feminina. Na origem da renda renascença europeia, os homens já faziam parte dessa produção, atuando na realização dos desenhos, o que os diferenciavam socialmente, sendo essa atividade feita por poucos. As próprias rendeiras tinham que se manter discretas para não terem que socializar o saber fazer, mantendo a tradição e uso da renda para grupos restritos.

Na sua chegada à Paraíba a renda renascença era produzida na residência das próprias rendeiras e vendida através de encomenda ou nas feiras em Pernambuco, estado pioneiro na criação desse estilo de renda no Brasil.

A atividade de produzir a renda renascença aqui sempre foi tratada como uma fonte complementar à renda do marido, ou familiar, mesmo que, muitas vezes, essa tenha sido a única ou principal renda da família. Ou seja, a relação da rendeira com a renda tinha um

caráter de complementaridade aos ofícios e ocupações principais de donas-de-casa e agricultoras.

O período que se destaca pela formulação e implementação de políticas públicas referidas à produção da renda renascença, as quais se iniciam a partir do projeto ‘Pacto Novo Cariri’. Esse projeto resultou no desenho do campo produtivo da renda renascença enquanto um Arranjo Produtivo Local – APL da Renda Renascença –, como estratégia de fomento do desenvolvimento regional, gerando a criação de diversas parcerias entre as rendeiras e atores diversos, a exemplo do Estado, de ONGS, Bancos, SEBRAE, Prefeituras, dentre outros.

A partir de dos anos de 1990, a sociedade civil e o governo federal delineiam uma intenção de transformar o artesanato em uma atividade econômica sustentável que gere renda e ocupação para a população. Cria-se então o Programa de Artesanato brasileiro (PAB), visando gerar oportunidades de trabalho e renda, e promovendo o artesanato nos níveis nacional e internacional. Para alcançar tal intento, “o Programa estimula o aproveitamento das vocações regionais, combinando ações que produzam a preservação das culturas locais e à formação de uma *mentalidade empreendedora* (grifo nosso) [...]” (BRASIL, 2002, p. 2), preparando assim o artesão e a artesã para um mercado competitivo mais global (SERAINÉ, 2009, p. 27).

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com apoio de outros ministérios e secretarias especiais do governo federal, o PAB tem como mediadores e executores os escritórios estaduais do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), implementados em 2012 (BRASIL, 2012, p. 5).

A partir desse contexto econômico nacional e internacional foi criado o modelo de desenvolvimento regional integrado e sustentável, chamado de Pacto Novo Cariri, ou Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável do Cariri Paraibano, visualizado como um novo instrumento político-administrativo, voltado para a implantação e o desenvolvimento de práticas produtivas e gerenciais no Cariri paraibano.

A área de atuação do Pacto corresponde às Microrregiões do Cariri Ocidental e Oriental, além dos municípios de Santa Cecília, pertencente à Microrregião de Umbuzeiro, e Boa Vista, integrante da Microrregião de Campina Grande, formando, portanto, um universo de trinta e um municípios.

O momento da entrada dos estilistas de moda no campo de produção da renda renascença do Cariri paraibano, o que provoca mudanças nas dinâmicas de produção e venda, incidindo na expectativa de melhoria da vida por parte das produtoras de renda renascença. As rendeiras passam a pensar sua inserção no campo da moda como um vetor de impulso a uma maior produção e valorização do produto pelo mercado.

O mundo da moda é um dos importantes vetores de investimento utilizados para lançar a renda no mercado. Nesse mundo destacam-se os profissionais designers e os estilistas. Dentre os muitos desses profissionais que estiveram no estado da Paraíba destacamos os que consideramos mais relevantes para a história da renda e das rendeiras do Cariri Paraibano. Inicialmente entre 2003 e 2005 aqui estiveram presente os *designers* Renato Imbroisi² e Martha Medeiros³. Seguiram-se: André Lima e Adriana Barra, Dudu Bertholini, Isabela Capeto, Ronaldo Fraga, Romero Silva e Fernanda Yamamoto.

Imbroisi entra no campo das rendeiras como consultor em *design* de artesanato, dirigindo oficinas de criação, sendo contratado por diversos órgãos e instituições. No caso na Paraíba, o trabalho foi realizado através do SEBRAE, do Programa do Artesanato da Paraíba e do Cooperar. Ele primava por uma renda que trouxesse nas suas peças a ‘memória de ofício’⁴, conceito trabalhado pela ONG Para’iwa. Foi responsável por uma maior utilização da linha colorida, como a preta, que já existia no mercado, mas as rendeiras locais não utilizavam. Ele introduziu uma maior diversidade de cores nas linhas, como o laranja, o vinho e o marrom café. Ele também introduziu essa característica no lacê, com a criação das mesmas tonalidades de cores das novas linhas, além de trabalhar também com larguras diferentes, nove milímetros e doze milímetros. Essas novidades foram introduzidas, apesar da dificuldade de venda da renda colorida, e o valor mais elevado da linha colorida, se comparada à branca, encarecendo o preço das peças.

Martha Medeiros, estilista Alagoana, também foi uma das primeiras que chegaram à região. Suas peças são consumidas nacionalmente e no mercado internacional. A estilista é a única que mantém uma continuidade de compras no Cariri, mesmo no momento sendo em menor quantidade, negociando também com rendeiras não necessariamente associadas.

Os efeitos da inserção de Fernanda Yamamoto, outra designer de moda que se destaca nesse momento de articulação da produção de renda renascença com o mercado da moda, podem ser vistos, por exemplo, em sua fala sobre a questão do tingimento do produto:

Em relação ao que pensam estilistas sobre o tingimento, Yamamoto comenta que:

² Nasceu no Rio de Janeiro em 1961, é designer de artesanato e tecelão. Trabalha em parceria com artesãos têxteis, dirigindo oficinas de criação e desenvolvendo novos produtos. Palestrante, professor e curador, coordena equipes de consultores em oficinas de design de artesanato e é diretor de criação e desenvolvimento de produtos artesanais com design. Disponível em: <http://www.paraty.com.br/noticiasparaty.asp?id=4006> [Acesso em 10 out. 2018].

³ Martha Medeiros, antes de lançar a marca que leva seu nome, em 2004, foi bem sucedida empresária à frente de uma boutique multimarca, a Maison M., que marcou época em Maceió a partir dos anos 1980. Martha abriu sua primeira boutique em São Paulo, em 2009, na região dos Jardins. Na sequência, teve seus modelos presentes nas lojas Bergdorf Goodman, em Nova York e Harrods, em Londres. Disponível em: <https://marthamedeiros.com.br/index.php/institucional.html> [Acesso em 10 out. 2018].

⁴ Nome dado ao registro dos vários pontos de renda renascença feito em um pedaço de tecido retangular, com seus nomes bordados a mão.

Esse tradicional que carrega toda a história precisa existir e acho que ele tem todas as regras. Ele tem que ser protegido de alguma forma pra que isso perdure! Agora, eu acho que não existe só uma maneira de enxergar a renda, porque é isso também. Olhando mercadologicamente, né? Talvez foi isso o que a gente propôs, um olhar mais contemporâneo mesmo, mais comercial. Esse é o meu papel como criadora. Mas eu acho que uma coisa não anula outra. Isso de salvaguardar esse patrimônio da maneira tradicional, eu acho que é muito importante (YAMAMOTO, ESTILISTA).

Na fala de Yamamoto acima trazida se revela o caráter híbrido da renda renascença paraibana, revelado com mais ênfase pelo fato de representar o ponto de vista do mercado. A renda renascença tem esse aspecto misturado, ‘bricolado’, híbrido, combinando a referência a identidades regionais, mas também existindo enquanto mercadoria, cuja circulação vai abrangendo espaços cada vez menos pessoalizados. Interessante o lugar autoatribuído pela estilista, como sendo o da inovação criativa, já que referido o espaço da moda, descrito como estando “à frente”.

O pensamento da estilista acima trazido enuncia no discurso o que realiza na sua prática de mediadora entre as rendeiras e o mercado: não inviabiliza a preservação do fazer tradicional, mas reforça a necessidade de ‘novos olhares’, novas formas de fazer que possam acompanhar as mudanças sociais e as novas necessidades, desejos dos consumidores, do mercado.

A inserção da estilista Fernanda Yamamoto no campo produtivo da renda renascença se manifestou na ampliação significativa da paleta de cores e novos pontos. O tingimento com o qual ela trabalha é feito a partir de uma técnica que provoca uma intensidade diferenciada na coloração da peça, produzindo um efeito novo. Já os pontos foram outra novidade. Eles se destacam por serem muito mais abertos do que o que já tinha sido feito até sua entrada no cenário da renda renascença. A abertura dos pontos produz maior caimento da peça, distanciando-se do fazer tradicional, no qual os pontos são mais fechadinhos e simétricos, resultando em peças mais armadas.

OS FIOS E MODOS CONTEMPORÂNEOS DE TECER A RENDA RENASCENÇA DO CARIRI PARAIBANO: O QUE MUDA E O QUE PERMANECE

Aí a gente fica aqui nessa peleja, nessa luta, e eu fico só pensando, meu deus a gente vai ficar só nos livros, nas histórias (PÉTALA, RENDEIRA DE SÃO JOÃO DO TIGRE – PARAÍBA).

A fala da rendeira Pétala retrata um pouco do sentimento de angústia presente em muitas rendeiras na atualidade em relação à continuidade do trabalho com a renda renascença. Esse sentimento pode ser o reflexo das dificuldades, da luta que essas primeiras rendeiras enfrentaram quando persistiram em continuar a fazer renda, rompendo

barreiras sociais e econômicas. Pode ser um sentimento presente em mulheres que a partir de memórias de gerações anteriores, permanecem ligadas diretamente a esse passado, já que esse saber fazer dessa geração atual é o legado de mães e avós no passado, assim como também será o legado de algumas mães e avós para os seus filhos e netos, no caso de quererem esse aprendizado, perante as mudanças e dificuldades que o contexto atual apresenta para essa geração futura.

As dificuldades ainda existem e são muitas, mas elas mudaram, porque o contexto de vida que essas mulheres vivem hoje é outro. Pétala nos traz algumas dessas mudanças a partir de sua experiência de vida em companhia das suas filhas.

A gente não tinha chinelo, não tinha roupa, não tinha comida, não tinha escolha. Então, a questão não é que a gente amava fazer renda não. Hoje eu faço por amor, por que eu sei que ela não garante a sobrevivência da gente, né? Eu tenho que trabalhar em outra coisa pra poder garantir que não falte comida e tal, o básico. Mas naquela época era por que não tinha outra opção mesmo (PÉTALA, RENDEIRA).

Segundo Pétala, a situação das rendeiras hoje é melhor que na sua época de criança e mocinha, quando, segundo ela, não havia outra escolha, e fazer renda era uma questão de necessidade, diferente de hoje, quando ‘faz por amor e não por obrigação’, já que diz ter outras possibilidades.

Muitas transformações na renda renascença começaram a acontecer aproximadamente entre o ano de 1998 até 2007, de forma acelerada, estendendo-se de maneira descontínua até o ano de 2016, quando a maior parte dos investimentos estatais e paraestatais externos ao campo já não existe, e as conexões com o mundo da moda deram uma pausa.

Os efeitos da atuação estatal e de ONGs ainda se fazem sentir. De acordo com Durval Leal, ativista da ONG Para’iwa, que atuou na reconfiguração do ‘saber-fazer das rendeiras “as metas alcançadas pelos projetos que realizamos deixaram sua marca até hoje: a criação das Oficinas-Escolas de rendeiras; a realização da Memória de Ofício da renda renascença; a introdução da serigrafia no processo produtivo da renda; e a criação da Casa de rendeira em Monteiro” (ENTREVISTA REALIZADA EM JULHO DE 2019).

A Oficina-Escola de Rendeiras de Camalaú, ligada ao Projeto Rendas do Cariri, foi fundada pelo Para’iwa, que tinha como parceiros o SEBRAE/PB, o Programa de Artesanato do Estado, contando também com o apoio das Prefeituras Municipais de Camalaú e Monteiro. Uma das mudanças observadas foi o espaço do ensino/aprendizado do saber-fazer da renda renascença, que passou a acontecer não mais no âmbito das residências das rendeiras, mas também em um espaço coletivo, na Oficina/Escola de Rendeiras.

Como podemos perceber a ONG e os outros atores paraestatais e estatais tiveram um papel importante na criação de condições para que uma atividade tradicional, de transmissão basicamente familiar, passasse por transformações que resultaram em melhoria na qualidade do trabalho e também na inserção dos produtos no mercado. O investimento na qualidade da renda renascença, traduzido no redesenho, na criação da memória do ofício, teve repercussões nas vidas das rendeiras e de suas famílias.

A inserção de atores estatais e paraestatais na atividade de produção da renda renascença, com condicionalidades relativas à participação na educação formal, e as atividades nela realizadas, incide sobre os aspectos de organização e *modus operandi* da produção tradicional, e sobre os horizontes pessoais e coletivos das mulheres envolvidas, promovendo uma inclusão, ainda que socialmente determinada, porque direcionada para sujeitos sociais com perspectivas de futuro mantidas em certas escalas.

Com a ‘Memória de Ofício’, garantiu-se o registro material e formal de um saber-fazer que as rendeiras já tinham antes de chegar à Oficina/Escola, o qual se somava àquele que construíam na escola, tendo como objetivo garantir o cultivo da memória particular e sua reconstrução em memória coletiva.

Segundo Tâmara, uma das rendeiras que entrevistamos, a memória de ofício propiciou uma ampliação da consciência do saber-fazer das rendeiras que participaram da Oficina/Escola (onde essa prática foi proposta e primeiramente realizada), o que lhes permitiu construir parâmetros de avaliação da qualidade das peças, bem como de comparação com a produção advinda de outras localidades, destacando-se os efeitos nas peças de rendeiras do cariri paraibano resultantes das interações proporcionadas pela inserção de atores externos ao campo tradicional da produção da renda renascença – *designers*, professores, estilistas, trazidos pela ação estatal e paraestatal sobre o campo.

Outra mudança significativa que aconteceu com a entrada dos atores externos ao campo produtivo da renda renascença no cariri paraibano, o que diferencia as experiências das primeiras rendeiras da região em comparação com as atuais, foi a criação das associações. De início, temos a Associação dos Artesãos de São João do Tigre (ASSOART), Associação dos Artesãos de Monteiro (ASSOAM), Associação de Desenvolvimento dos Artesãos de São Sebastião do Umbuzeiro (ADEART), Associação Comunitária da Mulheres de Camalaú (ASCAMP) e Associação das Produtoras de Arte de Zabelê (APAZ). A Associação de Resistência das rendeiras de Cacimbinha (ARCA) e a Cooperativa de Produção de Artesanato de São João do Tigre (COPETIGRE), também já existiam na época das cinco citadas inicialmente, no entanto não foram incluídas no que foi chamado de APL da renda renascença, o que as impediu de receber os investimentos de políticas públicas, advindo através dos projetos criados para compor o programa de

desenvolvimento da renda renascença. Também não foram atingidas por esses benefícios outras rendeiras que não participavam de nenhuma associação nas zonas rurais.

A associação de Monteiro, a ASSOAM enfrentou problemas internos e foi dissolvida. Após algum, houve uma nova articulação entre as artesãs, resultando na retomada da associação, com o nome de RENASCE. A associação Cacimba Nova, da Comunidade Quilombola de São João do Tigre, só foi criada bem mais tarde, assim como também a AMAI que ainda chegou a fazer parte do conselho, mas acabou saindo posteriormente.

Durval Leal, quando indagado quanto às mudanças provocadas pela ação dos atores externos ao campo produtivo da renda renascença no cariri paraibano, e sobre o que ainda permanece como era antes dela, apresenta uma síntese nos seguintes termos:

A principal modificação, no contexto da produção da renda renascença foi olhar a produção de uma maneira mais universal, do ponto de vista da qualidade da produção para o mercado, dá uma maior informação à rendeira [...]. A estrutura implementada pelo projeto Rendas do Cariri foi Informação, Capacitação e Mercado. As associações de rendeiras sobrevivem no mesmo nível de compadrio, de trinta anos atrás, dependência do Estado ou de uma primeira dama, de plantão, que se importe em realizar ação social. Sem atuar na melhoria da condição de vida da rendeira através da qualidade da renda, na **comercialização justa**, é um mercado muito ocasional, uma situação infeliz que gera pobreza. As rendeiras vivem numa sequência histórica de exploração, num círculo vicioso de **atravessadores**, que muito das vezes é uma rendeira que tem um melhor grau de instrução ou tem acesso a outro atravessador, que tem suas freguesias, que faz outro mercado além do paralelo (DURVAL LEAL, NEGRITOS DOS AUTORES DO ARTIGO).

82

O trecho acima apresentado, da entrevista de Durval Leal, da ONG Para'íwa, um dos agentes de destaque do projeto Renda da Paraíba, é muito emblemático da história do campo produtivo da renda renascença na Paraíba. Quando ele fala no investimento feito no redesenho dos pontos utilizados pelas rendeiras, refletido “na qualidade do desenho da renda renascença, no aspecto da simetria, do corte, na qualidade dos pontos, na diversidade dos pontos nas rendas”, vemos retratados os efeitos da abertura do campo produtivo para os atores externos, estatais e paraestatais. “Graças a estes, o que eram pontos disformes ganham em burilamento, diversidade e performance produtiva, o que faz a ‘renda de hoje muito melhor’!”

O trecho de sua fala sobre a adoção de um olhar “mais universal” aponta para a conexão da atividade tradicional, reinventada pela introdução da técnica, do saber-fazer dos *designers*, os quais partilharam o que sabiam na forma de oficinas e capacitações, com as demandas do mercado. Uma tradição se reinventa, o que aponta para uma hibridização, como pensada por Canclini (2008) entre um produto local, ligado às identidades

comunitárias, com as demandas impessoais do mercado consumidor nacional e internacional.

A referência à continuidade dos problemas de escoamento da produção indica as dificuldades de um campo produtivo marcado ainda pelo estilo de produção em baixa-média escala, de um produto cujas características ainda guardam as marcas da elitização. A isso se soma o desinvestimento estatal e paraestatal no setor, observado desde meados de 2014 e o papel dos atravessadores, mencionados no final do trecho da entrevista acima trazido.

É cada vez mais difícil definir quem são os atravessadores na atualidade, já que com as mudanças no processo de produção e venda entram em cena novos personagens que articulam o mundo da produção da renda renascença com o mercado. A função de atravessador pode ser desempenhada tanto pelos estilistas, que configuram redes de produção das quais se beneficiam, como dentre as próprias rendeiras, por aquelas que emergem como líderes de grupos de produtoras. Vejamos como fala uma rendeira considerada como atravessadora por outras, quando tenta explicar sua atuação:

Eu acho que atravessador é quem compra e vende não é?! Eu compro e vendo, mas assim, eu não tenho outra maneira, porque eu tenho que pagar a elas. Daí eu tô comprando a elas e vendendo por outro preço. Mas por quê? Porque é o seguinte, eu dou a linha pra elas fazerem, eu dou o lacê, eu pago o novelo de linha do jeito que todas as associações fazem (CÁTIA, RENDEIRA E COMERCIANTE, DE UMBUZEIRO, PARAÍBA).

A fala da artesã/comerciante deixa claro o funcionamento de qualquer mercado: quem tem capital, paga a força de trabalho, e uma parte dos produtos produzidos, indo para a esfera do mercado e realizando nela o lucro que lhe interessa. Ao explicar o que faz, Cátia fornece uma descrição de funcionamento de qualquer outro processo de comercialização, na qual tudo aparece como ‘justo’ e próprio.

As reivindicações de um pagamento mais ‘justo’ da força de trabalho vendida e dos produtos produzidos vão ser sempre negadas em um contexto em que o trabalho se confronta de modo hostil com o capital. É da ordem da utopia o almejado ‘preço justo’, cuja discussão não é algo novo, remetendo-se aos proponentes do ‘socialismo utópico’, no qual os capitalistas seriam convencidos de que, além de cobrir os custos, o preço final também deveria contribuir com melhores condições para os produtores, o que permitiria uma produção ‘socialmente justa’ (STELZER, TODESCAT, GONÇALVES, 2016, p. 44).

Além da ação do Estado e de instituições da sociedade civil enquanto atores externos ao campo das produtoras de renda renascença na Paraíba, também consideramos neste trabalho e ouvimos as rendeiras e estilistas sobre os efeitos das ações das ONGs e do

contato com estilistas e *designers*. Sobre esse ponto, vejamos o que declara a estilista Fernanda Yanamoto (EM ENTREVISTA REALIZADA EM JUNHO DE 2019).

O Cunhã coletivo feminista, que atua bem na região do cariri paraibano, faz um trabalho muito bacana de empoderamento de mulheres da região, como as rendeiras, marisqueiras, pescadoras. E sofreu muito com a falta de investimento governamental mais recente né? Sei que eles até tinham uma pessoa ali envolvida no cariri. Depois de perderem o patrocínio tiveram que sair, né? Então todo esse trabalho que elas fizeram de muito tempo também acabou se perdendo, desde 2015 para cá. É uma pena.

Na fala de Yanamoto acima trazida, vemos o reconhecimento da atuação do Cunhã e os desdobramentos políticos do golpe sofrido pela presidenta Dilma, resultando na cessação do patrocínio da atividade desenvolvida pela ONG citada. Pétala também comenta os efeitos de mudanças de governos e nas suas relações com ONGs:

Mudou. Sempre tem governo, mas as ONGs que não têm relação com o governo, você vê que deram uma sumida, né? Sem o apoio dos governos e das ONGs os grupos de mulheres da renda renascença, já não existiriam mais. Ia ter mulheres nas suas casas tecendo, tipo assim: quem pegou um contato e participou de um monte de evento, e tem o contato daquela mulher que quer comprar, ou lojistas, ela estaria continuando na sua casa. Mas se não fosse por esses aportes do governo a maioria dos grupos já teria morrido, já não existiria mais, porque foi extremamente interessante, né? (PÉTALA, RENDEIRA).

84

Como bem destacou a artesã, a ação das ONGs ligada às produtoras de renda renascença na Paraíba já não existe na atualidade. Nem as promovidas pela Para'iwa e nem as pela Cunhã. O que existe ainda hoje são algumas ações do Estado e do SEBRAE/PB, instituição que começou a trabalhar com o artesanato na Paraíba no final da década de noventa, e permaneceu em parcerias diversas. Na atualidade a instituição não tem mais projetos diretamente direcionados ao artesanato, mas ainda continua com capacitações na área de empreendedorismo.

Há opiniões diferentes sobre a atuação dos agentes externos ao campo produtivo das rendeiras do cariri paraibano. Vejamos um exemplo de dissonância relativo à atuação do SEBRAE: “[...] o SEBRAE é uma entidade que gosta de se amostrar. Mas é verdade! Ele quer que você lhe dê uma carta pra transformar num livro e levar na primeira página o nome dele. É só isso que eu acho” (TÂMARA, RENDEIRA).

De acordo com Marielza Targino, funcionária do SEBRAE, dentre as instituições que investiram no artesanato da Paraíba, de 2003-2010, estão: o MDA (Ministério do desenvolvimento Agrário); o SEBRAE; Prefeituras; Banco do Brasil (Fundação e DRS); Projeto Cooperar (Banco Mundial); e o Governo do Estado da Paraíba.

Questionada quanto ao que acredita ter acontecido para que estejamos hoje assistindo a tantas mudanças e dificuldades que também atingiram o artesanato através do corte de investimentos, ela comenta,

[...] Eu acho que houve um desmonte das políticas exatamente voltadas à cultura. Eu entendo artesanato enquanto cultura, e agora não temos em nível nacional a priorização disso. E eu previa isso já naquela época quando eu conversava com as artesãs. Tinha artesã a quem inclusive eu dizia, ‘vai chegar um momento no qual vocês vão ter que caminhar com as próprias pernas’, e a gente investiu muito pra priorizar o empreendedorismo. Infelizmente, como o programa se manteve num viés muito assistencialista, e aí eu até pego um pouco da crítica pra mim mesmo, pra minha instituição, pra o governo, não sei se a gente teria que ter tido uma estratégia diferente pra romper com isso. **Agora vai ser na dor, não vai ser no amor!** E realmente tem menos recurso, né? E a gente, pela falta de recurso, tem que ser na dor, no corte. E aí, o que é que acontece, com o viés assistencialista, o artesão ficou muito **mal acostumado** (MARIELZA, FUNCIONÁRIA DO SEBRAE/PB. NEGRITOS DOS AUTORES DO ARTIGO).

Entendemos o significado que a entrevistada quer passar, mas não podemos deixar de refletir sobre a questão mais geral da participação do Estado no apoio à atividade produtiva em todas as áreas, incluindo a da cultura, enquanto ação desenvolvimentista. Na nossa interpretação, o discurso da entrevistada repete os argumentos contra o que ela define enquanto ‘assistencialismo’, os quais não costumam ser usados quando se demanda dele o apoio a bancos que entram em falência, ao grande agronegócio – na forma de subsídios -, somente para citar alguns casos em que a atuação apoiadora do estado não é classificada como assistencialista, mas como política pública necessária ao crescimento econômico.

Quanto ao projeto de obtenção do Selo de Identificação Geográfica da renda renascença do cariri paraibano, foi preciso criar o Conselho das Associações de Cooperativas e Entidades vinculadas à Renda – o CONARENDA. O que em outras regiões e áreas de atividade produtiva costuma ter um impacto significativo em termos de incremento nos ganhos dos produtores e comercializadores, não se observou em relação ao selo de IG da renda renascença do Cariri paraibano. A delimitação da área da Indicação de Procedência correspondente aos limites geopolíticos dos municípios de Monteiro, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê, Prata, Sumé e Congo. Muito pouco se avançou no sentido de sua implantação nas peças produzidas, o que significa a frustração de grande parte das expectativas geradas na época da sua criação.

A atividade da renda renascença é frequentemente a única renda das mulheres residentes nessas áreas do Cariri. No entanto, o Selo de IG não provocou um impacto social na região, pelo menos a ponto de melhorar a qualidade de vida não apenas das

rendeiras como também de suas famílias. Considerando que o registro do Selo foi concedido em 2013, um período em que os investimentos feitos através de projetos direcionados ao artesanato já estavam escasseando, nos seis anos que se passaram após o mesmo percebemos que houve um entrave que dificilmente será resolvido na atualidade, tendo em vista a complexidade e gravidade das questões políticas atuais em nosso país.

Os enredos oficiais e os concretos referidos à renda de renascença paraibana guardam diferenças. Segundo Pétala, duas questões problemáticas: a cobrança da renda tingida pelo mesmo valor da naturalmente colorida; e a possível presença de renda feita em Pernambuco e comprada pelas rendeiras paraibanas para vender como produção paraibana, mais especificamente no Salão de Artesanato da Paraíba. Essa fala aponta para o lado sombreado das dinâmicas do campo produtivo aqui focalizado. A importância da tradicionalidade da atividade não foi mencionada nem por Eva nem por Pétala.

Sobre o processo de remoldagem da produção de renda renascença provocada pela entrada dos estilistas no campo produtivo aqui analisado, é interessante perceber a visão de Fraga (2017) sobre os efeitos da crise sobre o seu trabalho. Ele afirma ter percebido ser a concorrência no contexto das rendeiras “um terreno pantanoso, um campo minado”. Ele disse ainda que a crise o afetou no que diz respeito aos projetos que fazia nas comunidades.

A inserção da estilista Fernanda Yamamoto no campo produtivo da renda renascença se manifestou na ampliação significativa da paleta de cores e novos pontos. O tingimento com o qual ela trabalha é feito a partir de uma técnica que provoca uma intensidade diferenciada na coloração da peça, produzindo um efeito novo. Já os pontos foram outra novidade. Eles se destacam por serem muito mais abertos do que o que já tinha sido feito até sua entrada no cenário da renda renascença. A abertura dos pontos produz maior caimento da peça, distanciando-se do fazer tradicional, no qual os pontos são mais fechadinhos e simétricos, resultando em peças mais armadas.

Essas inovações propostas por Yamamoto foram vistas de modos diversos pelas rendeiras. Pétala acha que ela inovou radicalmente. Tâmara, por sua vez, reluta ao responder, mas diz que:

Assim: fugiu dos pontos com os quais estávamos acostumadas, pela questão do fazer. Mas é uma ideia dela, que ela levou pro mundo dela. Então não atrapalhou em nada. Só abriu a mente das meninas, para que você pode fazer algo diferente do que você já faz.

Uma mudança no saber-fazer das rendeiras destacada por Tâmara foi a inserção delas em projetos em parceria com uma marca que desenvolve roupas de algodão colorido.

No caso da renda renascença feita para compor as peças com algodão colorido, os pontos são mais abertos e a renda é utilizada como uma das partes a compor o todo da peça

de roupa, ou seja, a renda renascença pode se transformar em mais um detalhe ou o diferencial na peça finalizada. No caso do vestido, a renda aparece apenas nas costas, já no casaco, apenas no detalhe do capuz. Em todo caso, a rendeira deixa claro que dessa forma gasta menos tempo na feitura da renda, e em contrapartida ganha mais financeiramente. As peças de renda renascença feitas para a marca de algodão colorido não são tingidas, assim como também não é a peça toda, o ‘algodão colorido’. O tingimento, quando é feito, é a partir de um processo natural.

O apelo ao ecologicamente correto é outro elemento bem comum no atual cenário produtivo em geral e também no da renda renascença, inclusive como estratégia de *marketing* utilizada por empresas cuja atividade pode não caber na expressão utilizada nas propagandas dos seus produtos. Observa-se inclusive o uso do par ‘ecologicamente correto e socialmente injusto’, sobre o trabalho com a renda renascença. Ele é socialmente injusto por não permitir aos que a produzem um reconhecimento pelo saber fazer que detêm, e uma valoração do produto final que se revertesse em uma maior qualidade de vida para suas famílias. Uma situação que não mudou muito, apesar de outras modificações terem acontecido durante o tempo.

Quem podemos responsabilizar por essa situação das rendeiras do Cariri paraibano? As rendeiras? Os estilistas, o mercado, o estado? Durante uma conversa com a rendeira Eva, perguntei-lhe se achava que existia um responsável por tantas dificuldades ainda enfrentadas pela maioria das rendeiras do cariri paraibano na atualidade. Ela me respondeu: “Eu acho que a culpa é nossa, porque a gente sabe o que tem, e por que a gente não cobra? Então a gente tem uma parcela de culpa, quando faz com nó, com esses fiapos de linha”.

Outra versão é a que culpabiliza estilistas tais como Martha Medeiros, antiga e ainda constante consumidora da renda renascença do Cariri paraibano, que causa mal estar nas rendeiras em relação as suas colegas que trabalham para a estilista, pela atitude de não creditar publicamente a origem das peças que compra na Paraíba, o que é visto como o desserviço ao reconhecimento do trabalho das rendeiras. Ela também é responsabilizada pela referência de altos preços da renda de renascença, quando comparado com o que as rendeiras conseguem obter.

A indignação observada em relação á estilista se refere a um resquício do imaginário ligado ao modo de produção originário a que se refere à renda renascença, no qual os produtores e compradores desenvolviam relações pessoais e de proximidade. Não esqueçamos que a própria concessão da IG à renda renascença produzida no cariri paraibano é um elemento que compõe o funcionamento do mercado, afirmando e negando ao mesmo tempo os processos produtivos dos produtos transformados em mercadorias.

Na finalização da pesquisa em que se baseia este artigo nos inquietou a tarefa de procurar saber o que, na visão das rendeiras, existia da região do Cariri na renda por elas produzida. Em que medida essa renda tecida pelas mesmas diz algo de sua história, cultura, tradições, identidades, esses conceitos todos sempre tão dilemáticos quanto recorrentes. Para Fachine (2010), a ligação entre o território e a renda produzida estaria nos riscos adotados pelas rendeiras. Para Moraes (2018), o coqueiro, desenho muito usado pela Cavaleira para representar o nordeste, funciona como um símbolo plástico plausível da região, servindo para diferenciar a produção local dos motivos abstratos de herança europeia que as rendeiras usam com frequência, e que foram ainda mais enaltecidos após o Selo do IG.

Na tentativa de entender esses lugares de expressão de si, de seus lugares e pertencimento das rendeiras na arte do saber fazer da renda renascença, perguntamos às rendeiras se elas se identificam, se enxergam a sua região, na arte que produzem.

Tâmara responde afirmando como diferencial da renda do cariri paraibano a qualidade da renda, relacionando-a à demanda de domínio do tripé formado pela modelagem, o desenho e a inovação. “A modelagem que a gente trabalha mais com a moda, o desenho que vem junto com o alinhavo, a inovação de pontos, que se misturam aos tradicionais”.

Ao falar dessa visão de sua identificação com a renda que produz, ela alude à comparação entre a Paraíba e Pernambuco. Nessa comparação destaca a renda renascença caririzense como mais preocupada com a inovação do que a pernambucana, considerando uma vantagem à capacidade de a produção paraibana preservar os pontos tradicionais, ao mesmo tempo de criar novos pontos, cultivada na produção das ‘Memórias de Ofício’, uma prática instituída a partir da atuação do Coletivo Para’iwa.

Acompanhando as falas da rendeira Tâmara durante a pesquisa, ficou evidente o quanto pesa a necessidade da venda, que aumenta o poder delimitador do processo produtivo pela demanda do mercado. No caso do mercado da moda, destaca-se sua efemeridade, sua volatilidade. Nesse sentido, a expressão identitária e cultural da região e das experiências das produtoras, pelo que indicam as falas das entrevistadas é subsumida pelo que está na mídia no momento, dizendo a produção de renda renascença atual pouco sobre lugar de onde ela é produzida.

Para Pétala, a relação entre o potencial próprio criativo e a reprodução aponta para uma situação na qual a renda que se produz no cariri é muito mais de reprodução do que de criação e autoexpressão, em se tratando do lugar onde essa produção está inserida. Esse predomínio da reprodução sobre a criação autoexpressiva teria como motivação maior a necessidade de atender as demandas do mercado, dos outros, às injunções do ter que

vender. Interessante também na fala acima trazida a descrição da tradicionalidade em seu aspecto de tolhimento da criatividade e expressividade local, bem como a alusão a uma possibilidade de transformar a expressão da regionalidade na produção da renda renascença em um trunfo para a conquista de mercado.

Talvez seja mais interessante compreender um processo complexo que vai desde o aspecto da identidade socialmente atribuída, como também o da expressão do imaginário e a construção de outras dizibilidades, e considerar que principalmente no mundo da moda, a imagem é mais importante que o produto, e que isso em se tratando de determinadas situações, práticas e apropriações o resultado é desastroso.

Mas também acreditamos na importância de considerarmos que somos um processo de práticas e apropriações que se fizeram de forma contínua e descontínua, com suas rupturas. O que talvez torne ainda mais complexo entender quem foi incluído e excluído nesse processo de construção de uma identidade cultural regional, e o que podemos identificar como cultura material e imaterial de um povo, onde a comunicação entre os espaços são cada vez mais rápidos, e as fronteiras quebradas, e por isso mesmo, mais efêmero.

A renda de renascença passou e passa por transformações no seu saber fazer, na sua comercialização, nas relações pessoais das artesãs, nas profissionais, na forma como algumas passaram a ver o seu entorno. Essas transformações envolvem relações complexas, de conflito e disputa por um saber fazer que desperta o interesse de uma demanda sociocultural diversa. Como toda transformação implica em permanências. Ambas podem ser ora positivas ora negativas, potencializando práticas de cooptação, mas também de empoderamento das rendeiras, que possuem o saber-fazer a renda renascença que vai sendo afetado pela inserção do Estado, de ONGs, e pela interface sempre tensionadora com o mercado, mediadas pelas relações com estilistas e suas demandas particulares.

Esse saber tradicional é chamado a se preservar como tal e ao mesmo tempo a mudar, para permanecer vivo frente às transformações diversas que acontecem no mundo globalizado. Nossa pesquisa revelou a existência de um impasse relacionado ao melhor caminho a ser seguido: atender aos desejos do mercado que já diz o que quer e como quer; ou tentar atrair uma clientela que consiga perceber na renda mais que um artesanato de ‘luxo’, e sim, um luxo por expressar a partir da arte do seu saber fazer a identidade de um povo, sua cultura regional?

A produção da renda de renascença na Paraíba transforma-se a partir de certo período de tempo em objeto das discussões sobre o desenvolvimento, sendo vista

como um eventual indutor da melhoria da qualidade de vida das rendeiras, suas famílias e comunidades do Cariri paraibano.

Se observarmos a vida dessas mulheres em sua comunidade podemos perceber que atualmente elas ainda enfrentam dificuldades que há muito tempo atrás existiam, o que nos faz acreditar que não houve uma significativa melhoria da qualidade de vida da maioria delas, nem das suas famílias ou comunidade.

De qualquer forma, a inserção de atores estatais, paraestatais, dos estilistas no campo produtivo da renda renascença provocou e continua provocando alterações nas atividades das rendeiras, nos modos de significá-las e as experienciar.

Em termos de dinâmicas de desenvolvimento um elemento a destacar foi a frustração das expectativas relativas à atribuição do selo de Identidade geográfica à renda renascença produzida no Cariri paraibano, em 2013. Por razões que não compreendemos a atribuição da IG às peças produzidas desde então tem sido muito restrita e seus efeitos muito aquém do imaginado, em termos de desenvolvimento.

Continua importante pensarmos sobre que tipo de desenvolvimento estamos falando, sobre as maneiras pelas quais ele tem sido desejado, imaginado e perseguido, bem como para quem ele tem sido direcionado, no caso da renda de renascença, e também nos de tantos outros setores que têm sido alvos de projetos que se enunciam como indutores do desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento nasce como uma ideologia moderna, mobilizando mitos como o do progresso e do processo civilizatório. Desenvolver-se tem sido recorrentemente pensado em termos de crescimento econômico, urbanização, e poucas vezes em termos de qualidade de vida e igualdade de oportunidades para que cada vez mais pessoas possam viver de modo confortável e feliz.

Canclini (2008) ao falar em hibridização chama atenção para a importância de continuar a construir princípios teóricos e metodológicos que nos ajudem a tornar este mundo mais traduzível e convivível em meio as suas diferenças, e a aceitar o que cada um ganha e está perdendo ao se hibridizar. É imprescindível ressaltar a importância das colocações do autor no contexto político em que se encontra o Brasil no presente. Tornar este mundo mais traduzível e convivível em meio as suas diferenças, para que possamos aceitar o que cada um ganha e está perdendo não é apenas uma tarefa complexa atualmente, é uma atitude de persistência, paciência e resistência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Else de Farias. **Desmanchando Novelos e Tecendo Sonhos: A vida das rendeiras de Camalaú**. Campina Grande/SP: Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFPB, 2002.

ALBUQUERQUE Else de F.; MENEZES, Marilda. O valor material e simbólico da renda renasçença. *In: Revista de Estudos feministas* [online]. 2007, vol.15, n.2, pp. 461-467. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a13v15n2.pdf>> [Acesso em 11 jul. 2013].

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Base conceitual do artesanato brasileiro**. Brasília: MDIC, 2002. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>. Acesso em 7 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br>>. Acesso em 11 nov. 2018.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2ª edição Lisboa: Difel, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In: Daniel Mato (coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela. 2004.

FECHINE, Ingrid. Escritura da Renda Renasçença: memória de rendeiras, brasão do saber-fazer. *In: FECHINE, I; ASSIS, C. L. & NASCIMENTO, R. (orgs.) Tecendo os fios de saberes convergentes: escrita, educação e memória*. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

FECHINE, Ingrid. Tecendo memórias nas linhas do saber do 'ser rendeira'. *In: Plural Pluriel - Revue des cultures de Langue Portugaise*, n°12, printemps-été 2015. Disponível em: www.pluralpluriel.org [Acesso em maio de 2018].

FECHINE, Ingrid. **Brasões de saberes populares: memória das rendeiras do Cariri Paraibano**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação: UFPB, 2004.

FECHINE, Ingrid. **Tessituras da voz: cultura e memória da “Renasçença” na voz das rendeiras da Paraíba, Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística- (Doutorado em Co-tutela) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes /École Doctorale “lettres, Langues, Spectacles”): UFPB/Université Paris Quest Nanterre La Défense, 2010.

FERREIRA, Rafael de Farias. Tecendo as Tramas Históricas do Passado e do Presente das Mulheres rendeiras do Cariri Paraibano. *In: Anais do XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades*. Campina Grande, 2016, pp.1-12.

FERREIRA, Rafael de Farias. **Projeto Pacto Novo Cariri: Uma abordagem geográfica acerca das mulheres rendeiras no Cariri Paraibano**. Guarabira, 2010a (Trabalho Monográfico do Curso de Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental. Universidade Estadual da Paraíba).

FERREIRA, Rafael de Farias. **Solidários ou Capitalistas?** O caráter dualista dos empreendimentos das mulheres rendeiras do Cariri Paraibano. Campina Grande, 2010b (Trabalho Monográfico do Curso de Especialização em Economia Solidária e Autogestão. Universidade Federal de Campina Grande), 2010b.

FUNDO Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Agência Espanhola de Cooperação Internacional. **Pontos e histórias: Renda Renascença e Mulheres Rendeiras.** Salvador, Bahia: IICA, 2017.

MAIA, Isa. **O Artesanato da Renda no Brasil.** João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980.

MARQUES, Eduardo Cesar. Notas críticas a Literatura sobre o Estado, Políticas Estatais e atores Políticos. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 43, p.67-102, 1997.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M. Renda, rendeira, renascença: seleção/exclusão de sujeitos e bens culturais no processo de valorização patrimonial. In.: LIMA, Greilson José de; OLIVEIRA, Kelly Emanuely de; CONCEIÇÃO, Joanice Santos; TELLA, Marco Aurélio Paz.(Org.) **Ética Antropológica em Debate: Práticas e Narrativas** – João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2013.

MORAES, Carla Gisele Macedo S. M. **RENASCENÇA EXTRAORDINÁRIA: dinâmica social e produtiva em transformação no Cariri paraibano.** Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB), 2018.

NÓBREGA, Christus. **Renda Renascença: uma memória de ofício paraibano.** João Pessoa: SEBRAE /PB, 2005.

OSÓRIO, Carlos. **O artesanato das Rendeiras de Renascença, no Agreste do Estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil.** Recife: PIMES/UFPE, 1983.

SANT'ANNA, Tatiana Fernandes; ALMEIDA, Liliane de Souza; As rendeiras de renascença da ASSOAM: um estudo de suas práticas sociais e letradas. In: **Ciências & Letras**, [on line]. Porto Alegre, N° 54, 2013, pp. 101-128. Disponível em: <http://seer3.fapa.com.br/index.php/arquivos> [Acesso em dezembro de 2019].

SERAINÉ, A. B. M. S. **Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo.** 2009. 256 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - IFCH/UNICAMP, Campinas, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/LMLwY2> [Acesso em: 18 abr. 2017].

SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território: um olhar sobre o Cariri Paraibano.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2006.

SILVA, Gezenildo Jacinto da. **Rendas que se Tecem, Vidas que se Cruzam: Tramas e vivências das rendeiras de Renascença do Município de Pesqueira/PE (1934-1953).** Mestrado em Sociologia, UFPE-CFCH, Recife, 2013.

STELZER, J.; TODESCAT, M.; GONÇALVES, E. N. O Projeto Ilha Rendada e o Comércio Justo: princípios normativos, práticas e desafios. In: STELZER, J.; GOMES, R. (Orgs.). **Comércio justo e solidário no Brasil e na América Latina.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração – UFSC, 2016.